



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11296 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07/GT 13 - Educação Infantil e Ensino Fundamental

**A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA CONCEPÇÃO DO FAZER
PEDAGÓGICO TENDO EM VISTA OS DISCURSOS DAS CRIANÇAS**

Rosângela Albélia Rodrigues Rabelo - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Márcia Maria Canindé de Oliveira - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Tânia Regina Lobato dos Santos - UEPA - Universidade do Estado do Pará

**A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA CONCEPÇÃO DO FAZER
PEDAGÓGICO TENDO EM VISTA OS DISCURSOS DAS CRIANÇAS**

Introdução

Ao considerar que a educação infantil necessita, primordialmente, ter por parte do docente a compreensão do *ser* criança e da constituição das infâncias aliada aos conhecimentos teóricos que lhes permitam pensar de maneira organizada o seu fazer pedagógico, destacamos, o importante papel que se tem da docência na educação infantil.

Em decorrência disso, evidenciam-se os discursos emanados pelas crianças, e como ponto de partida para a discussão que ora se faz, traz-se uma breve análise etimológica, da palavra discurso, que de acordo com o dicionário da Língua Portuguesa (2015, p.186) tem em sua definição: “*sm* 1 fala proferida para o público. 2 Oratória. 3 Raciocínio.”

E o intuito em se elucidar os discursos das crianças para este estudo é justamente por vislumbramos a problemática que o sustenta, no sentido de querer compreender: que concepção de fazer pedagógico os/as professores/as têm, tendo em vista os discursos produzidos pelas crianças?

Diante da questão inicial, depreende-se que a prática docente deva harmonizar-se aos preceitos com os quais estuda, abrange e valoriza a partir do seu fazer pedagógico, atendendo neste caso específico, à criança e as suas infâncias, reservando-lhes o direito de voz e de atenção às demandas que emanam de suas próprias necessidades, desejos e solicitações, dentro do processo educacional.

Desenvolver a docência na educação infantil a partir das concepções dos/as professores/as, em detrimento dos discursos das crianças, analogicamente, poderíamos considerar que seria como oferecer ao interessado algo que não necessariamente lhe interessa, mas que, por via de regra, seria inoportuno a recusa.

Olhar para a infância, a partir de sua análise etimológica, é perceber que ela é reduzida ao período que antecede o ato da fala. Destarte, se aprofundarmos mais, podemos considerar que de modo mais amplo, ela é proveniente do latim *infantia*: do verbo *fari*, falar – especificamente, de seu participio presente *fan*, falante – e de sua negação *in*. O *infans* é aquele que ainda que não adquiriu, por assim dizer: “o meio de expressão próprio de sua espécie: a linguagem articulada” (GAGNEBIN, 1997, P. 87).

Sendo assim, reitera-se a problematização inicial deste estudo que permeia o fazer pedagógico do docente da educação infantil e questionam-se ainda, como eles analisam o discurso da criança no ambiente escolar? E, qual a validade que este docente atribui ao discurso delas para a construção de seu fazer pedagógico na educação infantil?

Para responder a essas questões, convidamos três professoras da educação infantil de duas escolas públicas municipais de Belém do Pará, as quais teceram comentários com base em suas atividades pedagógicas sobre o discurso que estamos a tratar neste estudo. Mas para ampliarmos ainda mais esse mote, vimos a partir de Foucault (1998) que: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10-11).

Partindo deste entendimento, Foucault (1998), ainda comenta que o discurso aqui pontuado é o discurso reconhecido, o discurso validado, isto é, aquele que é pronunciado pelo adulto em se tratando de atos políticos na esfera das decisões.

Portanto, é possível refletir sobre os argumentos óbvios de que as crianças não elegem governantes, não assinam contratos, não trabalham e nem atuam no âmbito da justiça propriamente dita, dentre outras situações. No entanto, elas se constroem em meio a discursos, dentre os quais podem aferir suas apreciações.

A criança deve ter voz, pois tem necessidades e direitos que podem ser bem elaborados se advirem de seu próprio discurso como essência, uma vez que se compreende que é na inteireza de sua realidade, como indivíduo oprimido, que é possível que se reconheça como tal e a partir daí vivencie sua emancipação. (FREIRE, 2005)

Agora, ao refletirmos pela análise do racionalismo iluminista, Ponte (2010, p.36) diz que: “a racionalização da infância apresentada por Descartes, no século XVII, estrutura uma concepção binária criança/adulto, por oposições como errar/saber, fraco/forte, irracional/racional, corpo/espírito”. Tal concepção é decorrente de uma visão de criança, onde o seu dado processo de amadurecimento em busca da razão ainda é um caminho a seguir. Nessa concepção, se não há fala, então há ingenuidade, um espaço sucumbido de

engajamento, onde as crianças estão ora neutras, ora obscurecidas pelos discursos dos adultos.

Nessa relação, a “distância” observada entre a criança e a pessoa adulta, acaba por emudecer as crianças, porém, a partir da assertiva de Viveiros de Castro (2004), temos que: “Os não-humanos veem as coisas como ‘a gente’ vê. Mas as coisas que eles veem são outras – o que vemos como um barreiro lamacento, para as antas é uma grande casa cerimonial” (p. 239)

O que ratifica na visão do autor, olhares deturpados que gerimos ao intuirmos que coexistam mundos diferentes entre adultos e crianças. Onde o cerne da questão é essencialmente identificar que o mundo é único para todos, porém os pontos de vista são distintos, uma vez que os contextos sócio-históricos-culturais se constituem em diversas dimensões de acordo com o espaço-tempo em que nos encontramos.

Dessa maneira, é possível compreender que o mundo das crianças é o mundo em que os adultos também estão inseridos, sendo oportuno que ambos se notem, se percebam e se encontrem, no sentido de que um não pode estar *invisível* ao outro.

Viveiros de Castro (2004), amplia essa discussão ao dizer que: “ser capaz de ocupar um ponto de vista é sem dúvida uma potência da alma” (p. 240). Já o enfoque dado por Foucault (1998), diz ser possível analisarmos que assumir esse ponto de vista está ligado à potência do discurso, isto é, de um ato político que para ele a criança ainda não tem.

O lugar de fala da criança, por mais que não seja reconhecido do ponto de vista legal, deve ser respeitado do ponto de vista ético e moral, quer seja no seio familiar, onde a criança vive suas primeiras relações interpessoais, quer seja na escola, onde uma das funções do/a professor/a é garantir a continuidade desse espaço de fala, permitindo que as verdades ditas pelas crianças possam e devam ser validadas, sobretudo com reconhecimento destas na caminhada do processo educacional.

É imprescindível aferir que o ato de pensar a educação e suas problemáticas locais nos faz imergir à compreensão das histórias de vida das crianças, a qual queremos aqui mediar, especificamente e brevemente sob a ótica de um discurso que deve ser legitimado.

As turmas de educação infantil devem contar com um ambiente em que se tenha acesso a saberes politicamente construídos entre si, um local em que se inclua a voz da criança para além das tão compactas salas de referência, um *palco* para expressar, liderar, discutir, defender opiniões, tomar decisões, que com respeito valorizem as qualidades humanas no âmbito de sua dignidade. Vejamos então, o que pensam as professoras investigadas neste estudo sobre as questões já delineadas anteriormente.

Inicialmente, as professoras compreendem que os discursos das crianças são impregnados de sentidos e significados inerentes aos diversos aspectos que trazem consigo, dentre os quais se destacam: o meio social, a cultura, os aspectos emocionais, os familiares e

os econômicos, visto que acabam por diversas vezes se fazendo presente nos diálogos das crianças consigo mesmas, entre seus pares ou ainda, entre elas e o/a professor/a.

As participantes deste estudo revelam que os relatos produzidos pelas crianças podem abranger muitos aspectos de suas vivências, de seus sentimentos, de suas dores e de sua condição enquanto criança na própria visão delas.

Por isso, quanto mais as crianças falarem, mais se perceberão de fato e conhecerão as suas necessidades. Corroborando a isso, uma das professoras avalia a produção do discurso da criança com a seguinte fala: “[...] é toda forma de expressão da criança [...] o discurso que a criança produz, pra mim, é a resposta daquilo que a criança sente, então como é que a criança vai externar a sua ideia? Aí vem essa questão do discurso, onde eu vejo incluído o desenho [...]”

Desta maneira, o discurso visto por essa professora, é, por assim dizer, uma forma da criança externar aquilo que visualiza, expondo sua ideia. Por isso, a docente valoriza o desenho livre, por entender que ali estão as respostas dos pequenos em função de como eles leem o mundo à sua volta.

Portanto, fazer com que os/as professores/as percebam a melhor forma de trabalhar com as famílias, explicando sobre a importância do discurso trazido pelas crianças, por meio do desenho, é compreender que o discurso é transpassado pelo comportamento dos pequenos e que até mesmo no silêncio há discurso.

Neste sentido, tal entendimento sobre o fato supracitado foi compartilhado pelas demais professoras participantes da entrevista, onde uma delas nos deu a seguinte resposta:

As crianças têm muito a nos dizer, e nem sempre falam através de palavras, em alguns momentos os gestos, o comportamento, o olhar, falam mais que muitas palavras, e cabe ao professor ter esse olhar sensível para perceber que mensagem esta criança quer passar. Permitir que a criança seja percebida, de alguma forma, é fazê-la perceber que sua mensagem foi entendida. (RELATO DA PROFESSORA, 2022)

Chauí (1980), levanta uma reflexão que vem corroborar com o relato da professora acima citada, ao dizer que: “quando fazemos falar o silêncio que sustenta a ideologia, produzimos um outro discurso, o contra discurso da ideologia, pois o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava” (p. 25).

Sendo assim, a partir deste contexto denunciado por Chauí (1980), percebemos que entra em cena a pedagogia daquele que se vê responsável por fazer emudecer esse silêncio e que seja capaz de dissipar vozes que nos sejam atingidas por perspectivas de mudanças, socialmente e historicamente construídas, as quais deveriam ser produzidas no seio de um trabalho imbuído de saberes.

A terceira professora participante deste estudo, ressalta o discurso advindo por meio das brincadeiras, e complementa dizendo que: “*para ouvir* as vozes das crianças penso que sejam necessárias pelo menos três coisas: a sensibilidade, o interesse em ouvi-las e a

afetividade”.

Portanto, a genial sabedoria de ser professora, por exemplo, é a de ser propagadora de vozes, que ao mesmo tempo que acolhe, valoriza a dinamicidade, é estratégica e investigadora.

Método

O referido estudo traz uma relevante discussão sobre a concepção de que trata as três professoras da educação infantil, sujeitos desta pesquisa, quando relaciona o discurso que as crianças produzem e a supremacia do discurso docente. Inicialmente analisamos a etimologia das palavras discurso e infância; em seguida, dialogamos com autores, como:

Foucault (1998) porque discute o poder do discurso como supremacia política legal; Freire (2005), porque revela a importância de nos vermos oprimidos e ir em busca de uma nova emancipação; Ponte (2010) porque mostra antagonismos face à criança/adulto, baseados na concepção de racionalização da infância apresentada por Descartes no século XVII; Viveiros de Castro (2004) por nos fazer perceber que coexistem maneiras distintas de olhar o ambiente em que estamos; e Chauí (1980), porque nos faz refletir sobre querer sair do silêncio ideológico que nos aprisiona e oprime.

Como meio de sistematizar o estudo, temos os seguintes passos: a) a importância de ler o que as professoras apreendem a partir da criança, da infância e da educação infantil; b) o levantamento do referencial teórico concernente aos conceitos de discurso, frente à dicotomia na relação que se constrói entre a criança e a pessoa adulta; c) a entrevista com três professoras de duas escolas da rede pública municipal de ensino de Belém do Pará; d) a relação estabelecida entre os autores evidenciados e os olhares das professoras quanto ao discurso das crianças na educação infantil; e) a apresentação da discussão e resultados; e f) as conclusões.

Discussão e resultados

As concepções trazidas pelas professoras validam o discurso das crianças, por meio dos diversos olhares, que ao mesmo tempo em que se ampliam, também convergem, ao reconhecer a voz da criança como caminho primordial para se planejar o fazer pedagógico, *essas assertivas* foram trazidas para fins de reflexão, a partir das vivências educacionais de cada uma. “(...) Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de por que estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica”. (FREIRE, 2011, p. 40)

As três professoras se auto avaliam e buscam constante crescimento no âmbito

científico de como devem pensar e executar os seus fazeres pedagógicos, sendo assim, compreendem que as razões pelas quais conseguimos ter a sensibilidade de “escutar as vozes” das crianças é o que pode nos fazer sair do processo de falar sobre elas e passar a falar com elas. E suas falas assumem uma validade real, pois passam a ser o ponto de partida para a construção de um novo e significativo trabalho pedagógico.

Ao correlacionar as concepções das professoras, em vista dos discursos das crianças, é perceptível que a primeira professora se deteve a apreensão dos desenhos como forma de visualizar ali vários discursos, enquanto que a segunda, no início, centrou seu ponto de vista a partir da oralidade da criança. Já a terceira professora, abordou nas três questões suscitadas neste estudo, a compreensão de que o discurso que valoriza a fala da criança é o discurso expresso na inteireza da infância, onde o corpo se anuncia e que cabe ao professor criar, a partir dessa leitura, subsídios e estratégias que envolvam as crianças nas ações pedagógicas, quer seja em uma roda de conversa ou em um diálogo informal.

Foucault (1998), centraliza o poder do discurso na pessoa adulta, mas a experiência da educação infantil aqui compartilhada nos revela discursos de poder, discursos de valor educacional, onde só é possível se fazer a educação infantil com qualidade – respeito e dignidade – quando as crianças são ouvidas. As professoras entendem que precisam ter um olhar aguçado para *ler* as entrelinhas daquilo que a “criança fala” e assim, permitir que elas percebam que de fato aquilo que dizem tem importância e significado para o/a docente. E, é pensando desta maneira que podem apreender que estão a permitir que a criança esteja como centro do processo educativo e não somente como mera espectadora dessas aprendizagens.

Todas as professoras partícipes deste estudo apontaram como necessidade precípua do ato de educar, dentre outras expressões, a *sensibilidade* e o *ser sensível* ao processo educativo na educação infantil. Viveiros de Castro (2004), compartilha conosco o alcance desses pontos de vista, ao nos leva a pensar sobre que olhar estamos a direcionar às crianças e às infâncias na construção da educação infantil, pois tudo depende do ponto de vista de quem vê, isto é, à sensibilidade deste olhar.

Logo, como docentes e conhecedores/as de processos internos e externos que afetam a educação, os quais traduzem *o que se desenha nos muros de uma escola*, cabe-lhes um olhar sensível, onde se dê o devido destaque às crianças, a fim de ver o que veem, buscar ouvir o que ouvem e ter na audição dessas *vozes* que se dissipam, aquilo que o/a professor/a poderá ouvir e o que aparentemente ainda permanece inaudível.

Conclusões

É possível notar que a Educação Infantil pode ficar fragilizada se a evidenciarmos fora dos discursos das crianças, se entendermos que *adultos/as vivem em um mundo e as crianças em outro*, pois ao se conduzir por esse caminho, leva-se a criança ao estado de oprimida,

reduzida ao: *não pode, não deve, te senta, fica quieto/a*. Porém, quando o/a docente começa a ouvir a criança, ele/ela consegue entender o *ser humano* criança que ali se encontra, e o discurso começa a ser construído em linhas paralelas e convergentes.

Podemos dizer que a criança precisa de um lugar de fala, lugar de expressividade, lugar de respeito, lugar de dignidade, ou seja, um ambiente educacional que a valorize e que cultive o seu discurso, e por meio dele, podemos compreender muitos aspectos de sua vida, ao perceber seus sentimentos, notar suas fragilidades e dores, *escutar* o que comunicam em sua condição enquanto criança. Quanto mais as crianças *falam*, mais as conhecemos de fato e conhecemos as suas necessidades.

Pensar uma educação infantil no silêncio da criança é agressivo, uma vez que o currículo nesta etapa da educação se constrói no movimento que é essencialmente dinâmico, *vivo* e eficaz.

Ter consistência dessa construção, nos faz conhecer as crianças que dele fazem parte, tal intencionalidade demonstra a sensibilidade docente na construção de um planejamento flexível, que atenda sobretudo às necessidades das crianças. E, por fim, compreendemos que esses discursos são importantes e devem ser levados em consideração ao valor pedagógico, pois necessitamos ter conhecimento da docência, de agir intencionalmente e de conhecer os conceitos inerentes à criança e a sua infância.

Palavras-chave: Criança; Discurso; Educação Infantil; Docência; Fazer Pedagógico.

Referências

CHAUI, m. (1980/ 2016), **Ideologia e Educação**. Educação e Sociedade. Campinas, n. 5, jan., p. 24-40. [Republicado em Educação e Pesquisa. São Paulo, n. 42, jan./mar., p. 245-257]
covre, m. (1980), Inovação educacional e ideologia: uma recolocação. Cadernos de Pesquisa, n. 33, mai., p. 77-80.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Infância e Pensamento**. In: Infância, Escola e Modernidade. GHIRALDELLI JR, Paulo (org.) São Paulo: Cortez, 1997.

KLEIN, Cristina. **Dicionário de língua portuguesa**. São Paulo: Rideel, 2015.

PONTE, C. Crianças, jovens e media. **Relatório de Unidade Curricular**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “**Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena**”. **O que nos faz pensar**, n. 18, set. 2004.

